



O PROGRAMA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO: PERFIL DOS ALFABETIZADORES

Arlete Ramos dos Santos¹
Julia Maria da Silva Oliveira²

INTRODUÇÃO

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado por meio do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, que instituiu, também, a Comissão Nacional de Alfabetização, porém esse foi revogado pelo Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, o qual reorganiza o Programa Brasil Alfabetizado e dá outras providências. Igualmente, a Resolução MEC/FNDE/CD nº 033, de 03 de julho de 2007, determina os critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Desta forma, está posto o ordenamento jurídico que dá aos estados e municípios autonomia para formularem, construírem seus próprios programas de alfabetização para jovens e adultos de quinze anos ou mais.

No estado da Bahia o Programa Brasil Alfabetizado foi denominado Programa Todos pela Educação (TOPA). Para sua implantação e implementação o estado da Bahia estabeleceu parcerias com os Municípios, as Universidades (Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade do Estado Bahia (UNEB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)), as Diretorias Regionais de Educação (DIREC, hoje Núcleo Regional de Educação (NRE)), os Movimentos Sociais, e, Organizações Não-Governamentais (ONG).

Às Universidades coube a função de formação das pessoas que atuarão como alfabetizadoras no âmbito do Programa TOPA. Assim, considerando o objetivo do nosso estudo, qual seja: traçar o perfil dos/as alfabetizadores/as do Programa Todos pela

1 Doutora em Educação pela FAE/UFMG com Pós-doutorado pela UNESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - BA). Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela Université de Montreal, Montreal - QC - Canadá. Professora Titular do Departamento de Ciências da Educação, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Ciências Humanas (CEPECH)/DCIE/UESC. Endereço eletrônico: jmsoliveira@uesc.br



Alfabetização (TOPA) do Sul, Baixo Sul e Extremo Sul da Bahia, fizemos um recorte desta população para a pesquisa, a qual tem por desenho metodológico as características quanti/qualitativa de natureza exploratória. Nosso estudo se desenvolveu na área de abrangência da UESC, deste modo, os/as alfabetizadores provenientes destes municípios (Quadro 1) se tornaram participantes da nossa pesquisa. Empregamos como instrumento para coleta de dados um questionário semi-estruturado, bem como realizamos análise documental. Como recorte temporal, definimos o ano de 2016 para empreendermos a pesquisa.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) está situada na região Sul do Estado da Bahia, no município de Ilhéus. Sua área geo-educacional abrange a região denominada Litoral Sul da Bahia, a qual agrega as sub-regiões conhecidas como Baixo-sul, a qual é composta por 11 municípios, Sul abarca 42 municípios e Extremo-sul, a qual é constituída por 21 municípios. Como principais polos urbanos destacam-se os municípios de Ilhéus e Itabuna. Ao centro os municípios de Gandu e Valença; ao Norte os municípios de Eunápolis, Itamaraju e Teixeira de Freitas, ao Sul. Ao todo, são 74 municípios, numa área de 55.838 Km², correspondendo a 9% da área do estado da Bahia e cerca de 16% de sua população (IBGE, 2010). A UESC realiza a formação dos alfabetizadores nesses municípios e agrega, ainda, alguns da região Sudoeste da Bahia.

AS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O TOPA tem como principal objetivo

Promover uma educação de qualidade para a população de jovens e adultos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para sua inclusão social, política, econômica e cultural (p. 51).

O relatório *Bahia em Números*, publicado em 2006, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (BAHIA, 2006), destaca que 61,4% da população baiana está situada na faixa etária entre 15 e 59 anos de idade, à época, com projeção de 65,8% em 2020, ou seja, a maioria da população baiana é composta por jovens e adultos. Ressalta, também, que 37,8% dos jovens e adultos baianos estão situadas em algum nível de alfabetismo funcional e desses 13% são jovens 15 anos a mais.



No cenário nacional, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada em 2009, revela que dos estudantes que efetuaram matrículas em 2007 ou em anos anteriores, apenas 4,3% dos jovens e adultos conseguiram concluir o primeiro segmento do ensino fundamental (1^a a 4^a série) e 15,1% o segundo segmento (de 5^a a 8^a série) sem interrupção.

Nessa configuração, está posto que as interrupções das trajetórias escolares dos educandos da EJA se encontram vinculadas, em grande medida, às suas precárias condições de sobrevivência: pobres, oprimidos/as, excluídos, negros, da periferia e dos campos (ARROYO, 2007).

A EJA é marcada pelo domínio e humilhação historicamente estabelecida entre a elite e as classes populares no Brasil, a partir da concepção que as elites brasileiras têm do seu papel e lugar no mundo e do papel e lugar do povo. Uma concepção que nasce da relação entre conquistador e conquistado e que está presente em muitos documentos oficiais que parecem tratar a EJA como um favor e não como a institucionalização de um direito (CURY, 2000). Os sujeitos/estudantes da EJA são um público de jovens e adultos, heterogêneo, geralmente homens e mulheres, empregados e desempregados, negros e brancos, pessoas em busca do primeiro emprego, outros que almejam chegar às universidades, de bairros periféricos, do centro, do meio rural ou urbano, a maioria deles em busca da escolaridade como possibilidade para a melhoria da sua condição socioeconômica e cultural (SILVA, 2016).

O TOPA COMO POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA UESC: ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA

O TOPA constitui-se como política pública do estado da Bahia, que dispõe de recursos do Governo Federal, abrange todo o estado e teve como meta, quando foi lançado, a redução em 50%, no período de quatro anos (2007 - 2010), do analfabetismo na Bahia. É implementado por meio de assinatura do Termo de Adesão para firmar parceria, com prefeituras, entidades, Organização Não-Governamentais, organizações da sociedade civil com a Secretaria do Estado da Bahia.

Os dados foram coletados por meio de análise documental e um questionário com perguntas abertas e fechadas, o qual foi respondido por 384 (trezentos e oitenta e quatro) da totalidade de 404 (quatrocentos e quatro) alfabetizadores durante a última etapa da



formação (16h) do TOPA.

Constatamos que a maioria dos/as alfabetizadores/as que atuaram no ano de 2016 no TOPA/UDESC, é do sexo feminino (71%); enquanto que 19% são do sexo masculino e 10% não responderam à questão. Grande parte (40%) desses alfabetizadores/as é casada; 32% dos alfabetizadores são solteiros; 19% vivem em união estável; 4% desquitado/divorciado/separado; 3% possuem namorados ou noivo os demais não responderam à questão.

Indagamos aos alfabetizadores sobre a auto percepção da cor da pele: 64% se autodeclararam pardo; 20% se autodeclararam preto; 9% se autodeclararam branco; 3% se autodeclararam amarelo; 2% se autodeclararam indígena e 2% não responderam à questão. Averiguamos que 48% dos participantes da pesquisa que atuaram como alfabetizadores do TOPA/UDESC desempenharam a atividade de alfabetização no campo e 44% no meio urbano.

Apuramos que a maioria dos alfabetizadores do TOPA/UDESC está concentrada na faixa etária de 31 a 35 anos (20%); em seguida, temos 19% dos alfabetizadores situados entre 18 a 25 anos; 17% dos alfabetizadores estão situados entre 36-40 anos e, 14% dos alfabetizadores estão situados entre 26 – 30 anos. Ao analisarmos os dados precedentes, percebe-se que o grupo de alfabetizadores/as é composto por jovens e adultos, no qual verificamos que 61% dos/as alfabetizadores/as concluíram o Ensino Médio, 4% concluíram apenas o Ensino Fundamental; 30% dos alfabetizadores concluíram a Educação Superior (não foi especificado o curso de graduação); 3% possuem especialização e 2% não responderam à questão.

No que diz respeito ao período de atuação dos alfabetizadores no TOPA, na área de abrangência da UDESC, os resultados indicam que 36% dos/as participantes da pesquisa já atuam há 2 e 3 anos nesse programa; 35% atuam há menos de 1 ano; 14% atuam desde a implantação do TOPA, isto é, entre 6 a 9 anos; 13% atuam entre 4 a 5 anos e; 2% não responderam à questão (Gráfico 4). Se ampliarmos as categorias para 2 a 9 anos, obteremos 63% dos alfabetizadores/as que possuem experiência do fazer pedagógico no TOPA devido longo tempo de atuação, assim como devido às formações pedagógicas realizadas anualmente pela referida universidade.

CONCLUSÃO



De acordo com as Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2010), essa modalidade de ensino apresenta uma proposta de se trabalhar os conteúdos e metodologias adaptadas à realidade dos alunos, de forma que os envolva na sociedade ativamente. Essa proposta inclui, além da aquisição da leitura e escrita, a formação humana, a valorização da diversidade e a construção da cidadania.

Ao analisarmos as condições de trabalho dos/as alfabetizadores/as, notamos a precariedade na qual alfabetizam. Chama-nos a atenção o relato desses no que diz respeito a ausência de material e apoio pedagógico que era esperado, bem como, apesar de pouco aludido, a inadequação dos espaços que lhes são disponibilizados para a classe de alfabetização formada. O conjunto desses problemas ainda persiste, apesar da longevidade do TOPA, o cotidiano precário das classes existentes no campo se impõe por meio das diversas ausências históricas na educação do campo no Brasil.

Palavras-chave: Alfabetizadores. Educação de Jovens e Adultos. Programa Todos pela Alfabetização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. Educação e Sociedade. Campinas: **CEDES**, 2007.

BAHIA. **Bahia em Números**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000. Série Estudos e Pesquisas, nº 60, Salvador, SEI, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Educação Básica. Resolução n.1, de 03 de abril de 2002, estabelece Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 32, 9 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 5, 10 de junho de 2016.



XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

CURY, Carlos Roberto Jamil. Parecer CEB 11/2000. In: SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro. Editora Autêntica, 2000.

SILVA, Leticia Andrade. **A Política Educacional de Jovens e Adultos (EJA) em Ibirataia: Concepções de Professores e Alunos**. Dissertação de Mestrado. 110 f. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2016.